

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Eixo: Práticas para Ensino Fundamental

KNAUT, Michelle Souza Julio¹
RIBAS, Cíntia Cargin Cavalheiro²
VIDA, Giselle Marina Rinaldi³

Um grande desafio do ECA foi chegar às escolas de Ensino Fundamental de todo o País. Este estatuto passou a integrar de forma efetiva os conteúdos escolares ministrados para alunos das escolas de ensino fundamental no 3º ano do ciclo I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), inclui a obrigatoriedade, no currículo do Ensino Fundamental, de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e adolescentes, tendo o ECA como diretriz. Sua função principal, não é tornar-se uma matéria isolada, é ser trabalhada nas disciplinas que já existem, tornando o Estatuto presente no dia a dia.

TURMA: 3º ano

1 OBJETIVO GERAL

Reconhecer seus direitos e deveres percebendo que estão presentes nas convenções sociais familiares, escolares e comunitárias e em documentos oficiais.

2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer que estudar é um direito e um dever da criança;
- Perceber a si próprio e ao outro nas relações familiares, de vizinhança e escolares, percebendo e respeitando as diferenças individuais
- Identificar os direitos da criança, tais como; saúde, alimentação, moradia, educação e lazer.
- Compreender que as crianças em outros tempos também tinham direitos e deveres.

¹ Mestre em Educação, Especialista em Modalidades de Intervenção no Processo de Aprendizagem, Coordenadora de Estágio do Curso de Pedagogia da Faculdade OPET e professora vinculada da formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

² Mestre em Educação, Especialista em Tutoria EaD e em Formação de Docentes e Orientadores e professora da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

³ Psicóloga e Pedagoga, Especialista em Educação Especial, Supervisora de Estágio da Faculdade OPET e professora da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Com figuras de personagens infantis torna-se mais fácil reconhecer a importância do ECA de forma lúdica e prazerosa?

4 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O professor explicará para os alunos qual será a rotina da aula e falará sobre o que a turma discutirá. Verificará quais são os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto através de uma brincadeira chamada “tempestade cerebral” (brain storm) que será feita no quadro negro. Mostrará as definições das palavras direitos e deveres em forma de cartaz. Discutirá sobre a necessidade de existir direitos e deveres. Refletirá junto com a turma sobre quais são seus deveres para com os colegas, a família, a escola, e a si próprio. Trabalhará a conscientização com os alunos de que algumas crianças ainda não usufruem de certos direitos contidos no ECA, por meio de imagens mostradas no Power Point (devem ser selecionadas anteriormente). Para finalizar dará a turma uma cruzadinha sobre o ECA e imagens da turma da Mônica, usufruindo seus direitos, que serão coloridas pelos alunos. (As imagens devem ser selecionadas anteriormente)

5 MATERIAIS UTILIZADOS

Cartaz com as definições das palavras direitos e deveres, cartaz com os direitos das crianças, quadro negro, giz, power point com as imagens de crianças, cruzadinha sobre o ECA e desenhos de crianças usufruindo dos seus direitos.

6 AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá no decorrer da aula, por meio das observações do professor quanto à participação do aluno na discussão sobre o valor de se ter direitos e deveres, reconhecimento do aluno de quais são os seus deveres e o envolvimento ao fazer a cruzadinha e ao colorir a página com os direitos da criança.

7 PESQUISA DE CONTEÚDO

Na Assembleia Geral da ONU em 1989 foi feita a primeira Convenção sobre os direitos da Criança, que ainda acontece a cada ano até os dias atuais.

Segundo a ONU, a criança deve ser protegida porque ainda não tem a maturidade física e mental necessária para se defender por si só. Ela necessita de proteção e cuidados, antes e depois do nascimento. Essa proteção deveria ser natural da parte de todos os seres humanos para com elas, pois sabemos que elas são indefesas e é uma covardia da nossa parte não as proteger. É criança toda pessoa que tem até doze anos de idade, e adolescentes os de doze a dezoito anos.

A ONU verificou que em várias partes do mundo muitas destas pessoas menores que dezoito anos, vivem em condições precárias e precisam de melhores condições de vida para que possam vir a se desenvolver satisfatoriamente. Existe

uma série de esforços internacionais para ajudá-los, porém é preciso preservar seus valores culturais. Elas não devem ser discriminadas por sexo, raça, religião, nacionalidade, posição social ou financeira, opinião política, ou mesmo diferenças físicas ou mentais. Todas devem ter direitos iguais.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), defende que as crianças precisam crescer em um ambiente familiar saudável, com amor e respeito para que possam ser felizes e desenvolver toda a sua potencialidade de forma harmoniosa. Essas são algumas das condições necessárias para que se torne uma pessoa independente, que saiba viver em sociedade de forma digna, sendo solidária e tolerante para com seus semelhantes e que saiba também manter a paz ao seu redor.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**, 1989.